

35º CONGRESSO DA CNTE

15 A 18
DE JANEIRO
DE 2026
BRASÍLIA-DF

EDUCAÇÃO,

DEMOCRACIA

SUSTENTABILIDADE

E SOBERANIA.

CADERNO DE RESOLUÇÕES



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
Brasil
® www.cnte.org.br

Filiada à
CUT
Brasil

Internacional
da Educação
CEA

CPLP-SE
COMUNICAÇÃO, LINGUA
E EDUCAÇÃO
Brasil

FNPE
Fórum Nacional Popular em Educação

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE (GESTÃO 2022/2026)

PRESIDENTE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luiz Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Edson Rodrigues Garcia (RS)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIO DE COMBATE AO RACISMO

Carlos de Lima Furtado (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Girlene Lázaro da Silva (AL)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Iêda Leal de Souza (GO)

José Valdivino de Moraes (PR)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

Valéria Conceição da Silva (PE)

COORDENADORAS DO DESPE

Rosane Terezinha Zan (RS) e Aparecida Reis Barbosa (PR)

COORDENADORES DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Arnaldo Bruno Lopes Vital (RN) e Luiz Felipe Krehan da Silva (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Claudio Antunes Correia (DF)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Luiz Henrique Becker (RS)

Marco Antônio Soares (SP)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Sueli Veiga Melo (MS)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Arnaldo Bruno Lopes Vital (RN)

Iara Gutierrez Cuellar (MS)

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Fábio Henrique Oliveira Matos (PI)

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

CNTE

SDS, Ed. Venâncio III, Salas 101/106, Asa Sul, Brasília-DF, Brasil.

CEP: 70393-900 | Telefone: + 55 (61) 3225.1003

E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

10 - UNIDADE CLASSISTA

1.

2.

3.

4. CONJUNTURA INTERNACIONAL: 5. SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA!

6. O imperialismo estadunidense aprofunda os ataques
7. ao processo revolucionário cubano e aos governos bolivarianos e progressistas através do embargo econômico e financeiro. Repudiamos a inclusão de Cuba na lista de Estados que patrocinam o terrorismo internacional e o agravamento das sanções a Cuba decorrente dessa classificação. Em 2026, celebrar-se-ão os 100 anos do nascimento de Fidel Castro, um dos mais importantes líderes revolucionários socialistas do século XX. Expressamos toda a nossa solidariedade à revolução socialista, o povo cubano e trabalhadores, e propomos que a CNTE organize um seminário internacional em homenagem a Fidel Castro. Cuba vive e resiste!

18. Em desespero, o imperialismo estadunidense, promove o retorno à "diplomacia das canhoneiras" num momento crucial de colapso do unipolarismo - em que potências como China, Rússia e o BRICS já superam a influência do G7. O governo Trump passou a ameaçar a Venezuela utilizando o grotesco e infundado pretexto de combater o narcotráfico

25. O movimento sindical internacional deve concretizar sua solidariedade com Cuba, Venezuela, Nicarágua, Colômbia e outros movimentos políticos e sociais da região que enfrentam políticas imperialistas. Lamentamos profundamente a derrota do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia, que encabeça uma experiência singular de organização política dos movimentos indígenas, junto com a classe operária. Saudamos o triunfo do povo equatoriano que rejeitou, por meio de um referendo, a proposta de permitir a instalação de bases militares estrangeiras no seu território. Os trabalhadores equatorianos também rejeitaram a proposta de alterar a constituição para retirar conquistas populares e civilizacionais alcançadas durante o governo de Rafael Correa. Recordamos que o Equador foi o primeiro Estado a definir-se como Estado Plurinacional, o que constitui uma evidente

conquista civilizacional. Declaramos a nossa solidariedade com os(as) trabalhadores(as) argentinos que estão vivendo uma terrível experiência de ajustamento neoliberal com o governo de Milei. Há um recrudescimento e uma atualização da antiga Doutrina Monroe, bem como a possibilidade de um novo Plano Condor - agora com a justificação da luta contra o narcotráfico.

Exigimos o fim do genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza e em todos os territórios ocupados pelas forças sionistas do Estado de Israel. Nós solidarizamos com os(as) trabalhadores(as), com as mulheres e o povo da Palestina na sua luta contra a colonização sionista e pelo direito à autodeterminação. Palestina livre do rio até o mar!!

Manifestamos a nossa solidariedade com os povos africanos que lutam pela liberdade, democracia, justiça e progresso social, e que carregam as marcas da destruição econômica, étnica e do ódio religioso semeado pelo colonialismo europeu. Hoje, enfrentam desgarradoras lutas internas promovidas pelos interesses imperialistas e pelos seus lacaios nacionais. Manifestamo-nos pelo fim das devastadoras guerras civis no Sudão e na República Democrática do Congo. Saudamos os povos da Aliança dos Estados do Sahel (AES): Mali, Burkina Faso e Níger que, juntamente com os povos do Chade, Senegal e Costa do Marfim, lutam contra a herança colonial francesa, que aprisiona suas economias. Lutamos para que a Guiné-Bissau, pátria de Amílcar Cabral, retorne ao campo da luta anti-imperialista, pela democracia e pelo socialismo. Defendemos a Frente Polisário, que luta pela independência e autodeterminação do território do Saara Ocidental.

Lutamos pela paz no mundo, mas uma paz fundada na justiça e o progresso social e socioambiental. Por isso repudiamos a imposição dos EUA sobre os países europeus para aumentar o gasto militar até 5% do PIB, deixando para trás as necessidades dos(as) trabalhadores(as).

A CNTE deve participar na Federação Internacional de Sindicatos da Educação (FISE/FSM), por esta ser a

1. que efetivamente defende uma política de enfrentamento ao
2. imperialismo. A classe trabalhadora internacional também
3. precisa de se reorganizar e de apostar nas suas próprias
4. forças, sem tutela neocolonial, para enfrentar as centrais sindicais subordinadas ao capitalismo internacional, eurocêntrico e racista, que têm uma concepção de colaboração de
5. classes e de pacto social entre capital e trabalho.

Propostas

1. Solidariedade efetiva com a revolução cubana e com as lutas anti-imperialistas dos povos e trabalhadores da América Latina e do Caribe.
2. Organizar junto com outras entidades sindicais, movimentos populares, coletivos pedagógicos, acadêmicos e culturais, um seminário internacional em comemoração aos 100 anos do natalício de Fidel Castro.
3. Convidar uma delegação de sindicatos da educação de Cuba para o seminário internacional comemorativo do natalício de Fidel Castro.
4. Participar do movimento Cuba vive e resiste!
5. Participar da construção da XXVIII Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba a ser realizada no ano de 2027 em Brasília.
6. Apoio firme ao povo venezuelano e repúdio a qualquer tentativa de invasão militar por parte do governo Trump.
7. Defesa dos povos do continente africano na luta contra a opressão neocolonial e o imperialismo.
8. Solidariedade com as lutas do povo da Palestina e seu direito ao território e à autodeterminação.
9. Participar e construir a FISE/FSM;
10. Combater todas as diretrizes do Banco Mundial e as formulações das entidades do grande capital internacional para a educação.

CONJUNTURA NACIONAL: SEM ANISTIA PARA OS GOLPISTAS, PELO FIM DO ARCA BOUÇO FISCAL!

O governo Lula 3 se configura como um governo de frente ampla, marcado pelo predomínio de setores da burguesia financeira e do agronegócio e em, menor medida, a

burguesia industrial, o que se evidencia na manutenção — e até no reforço — de políticas de financeirização, privatização e terceirização. Em vez de reverter essas pautas, o governo, e os partidos políticos que o sustentam, recusam apelar para a mobilização operário-popular para desequilibrar o jogo institucional, e aprofunda medidas como o Novo Arcabouço Fiscal, as concessões rodoviárias, portuárias e ferroviárias, além da entrega de unidades de conservação. Soma-se a isso a não reversão da autonomia do Banco Central e a ausência de recomposição orçamentária para áreas essenciais como a educação. Dessa forma, o governo se distancia das promessas feitas durante a campanha eleitoral à população pobre e trabalhadora, aos povos indígenas e comunidades tradicionais, às mulheres, às pessoas com deficiência e à população LGBT.

Duas novidades políticas merecem destaque neste último período do Governo. A primeira é a entrada de Guilherme Boulos, dirigente político do PSOL e principal referência do MTST, na estrutura institucional do governo. Evidentemente a entrada deste dirigente no bloco governamental deixou sua base política e social muito tensionada, já que não parece ter sido acompanhada de uma guinada à esquerda nas ações do governo. A segunda novidade é a condenação e prisão dos líderes do golpe de 7 de Janeiro de 2023, nomeadamente o ex-presidente Jair Bolsonaro e elementos da cúpula militar. Trata-se, sem dúvida, de uma grande vitória popular e institucional com uma projeção significativa para o futuro das lutas sociais. Isto é resultado, fundamentalmente, da pressão popular e de uma longa campanha de luta, na qual a UC e o PCB tiveram uma participação destacada. Vale lembrar a campanha “Fora Bolsonaro!” e também a importante mobilização feminista “Ele Não!”. Recentemente a mobilização contra a “PEC da bandidagem”, demonstrou o poder da mobilização popular para mudar a correlação de forças no Congresso. Obviamente, nada está garantido, dado que o curso dinâmico e contraditório da luta de classes se desenvolve num cenário histórico, nacional e internacional, muito aberto. Neste sentido, é pertinente recordar a pressão exercida pelo governo dos EUA para impedir a condenação e prisão de Bolsonaro, tendo chegado ao ponto de impor sanções

1. comerciais, taxando algumas exportações, com o objetivo
 2. de forçar o governo a ceder no que se refere ao funcionamento
 3. institucional. Nesta linha de pressão, alguns magistrados
 4. do STF foram e continuam a ser alvo de sanções, como a proibição de entrada nos EUA e a suspensão de movimentações financeiras nas contas bancárias.

7. Um fato positivo, ainda que insuficiente, é a aprovação da isenção do imposto de renda (IRPF) para os(as) trabalhadores(as) que ganham uma renda de até R\$ 5000 mensais. Beneficia a grande parcela da classe trabalhadora. Demonstra o quanto pode ser feito no sentido da justiça tributária, já que nosso regime tributário funciona como um processo redistributivo às avessas.

14. Outro fator positivo é a taxa de desemprego de 5,4% registrada em outubro. É importante destacar a evolução favorável deste indicador, que se relaciona, de forma indireta e aproximada, ao conceito de “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva” — isto é, o contingente de trabalhadores disponíveis para o capital que funciona como instrumento de pressão sobre a classe trabalhadora. A redução desse exército industrial de reserva é, sem dúvida, um resultado positivo, ainda que saibamos que, no capitalismo, ele permanece estruturalmente necessário e indestrutível para a reprodução do capital. Além de mais, parte desta redução acontece com base no aumento do trabalho precarizado e pejotizado. Mas, devemos também atentar para outro aspecto sinalizado por esse indicador: o esgotamento do chamado “bônus demográfico” no Brasil. A queda da taxa de fecundidade para 1,6 filho por mulher em 2025 — partindo de 6,3 filhos por mulher em 1960 — expressa uma mudança estrutural no padrão de (re)produção da força de trabalho (e do trabalho reprodutivo das mulheres), que agora se reflete na atual taxa de desemprego. O longo ciclo de crescimento capitalista pela superexploração da abundante oferta de mão de obra barata está chegando a um ponto de inflexão, o que torna ainda mais urgente a construção de uma agenda de debate e ação política para a classe trabalhadora, nos moldes do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT).

39. A extrema-direita tem tentado retomar o

protagonismo no debate público através de atos violentos, como a chacina realizada pelos órgãos de segurança pública sob o comando do governador Cláudio Castro no dia 28 de outubro de 2025 no estado do Rio de Janeiro, os ataques aos direitos reprodutivos e às crianças com a revogação da Resolução n.º 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que prevê um atendimento rápido e humanizado para meninas vítimas de violação, sem a obrigatoriedade de apresentação de queixa ou autorização judicial, pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2025, bem como as tentativas de flexibilização e até extinção das licenças ambientais pela Lei n.º 2159/2021, conhecida como “PL da Devastação”, que teve 63 artigos vetados, dos quais o congresso levantou 56. Estão a fazer cálculos eleitorais ao instrumentalizar o discurso sobre a segurança pública, utilizando-o como arma para criminalizar a juventude pobre, negra e das zonas periféricas, e assim justificar o aumento da prisão em massa, da violência e do extermínio dessas populações. Este discurso também tem por objetivo ocultar as verdadeiras causas das desigualdades sociais e proteger as milícias, bem como o envolvimento de setores do próprio Estado com o crime organizado. Neste contexto, a desmilitarização da polícia e a descriminalização das drogas são medidas urgentes para pôr termo a esta lógica represiva e construir políticas de segurança que estejam verdadeiramente comprometidas com a classe trabalhadora. Afinal, só combateremos efetivamente o crime quando enfrentarmos o capital. Repudiamos a caracterização das organizações criminosas como organizações terroristas, que não visam senão abrir os territórios à intervenção das forças armadas dos EUA.

A nível institucional, a PEC 38, que visa a “reforma administrativa”, representa mais uma etapa do processo de desmantelamento dos direitos conquistados no período pós-ditadura. A manifestação realizada em Brasília no dia 29 de outubro foi importante para atrasar, ainda que temporariamente, os planos da burguesia de destruir os serviços públicos. No entanto, este foi apenas um passo. É imprescindível que a mobilização continue a crescer, articulando partidos,

1. sindicatos e movimentos sociais em fóruns regionais de luta
 2. por todo o país, de modo a acumular forças para a constru-
 3. ção de um movimento nacional de base operário-popular que
 4. aponte para a organização da classe trabalhadora, a constru-
 5. ção de plataformas reivindicativas e um programa classista,
 6. e a luta pela realização de amplas mobilizações, paralisações
 7. e greves dos(as) trabalhadores(as) dos serviços públicos com
 8. amplo apoio popular. Neste contexto, defender a soberania
 9. popular também significa combater as terceirizações e priva-
 10. tizações que entregam setores estratégicos e serviços essen-
 11. ciais ao capital privado e ao crime organizado.

12. Simultaneamente, a luta pela redução da jornada de
 13. trabalho para 30 horas semanais e pelo fim da escala 6 x 1
 14. é fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida,
 15. saúde e dignidade à classe trabalhadora. A redução das horas
 16. de trabalho e a eliminação de horários abusivos são passos
 17. essenciais para construir relações laborais mais humanas e
 18. uma sociedade que coloque a vida acima do lucro, fortale-
 19. cendo a luta pelos direitos e pela justiça social.

20. Diante deste conjunto de ataques e da necessi-
 21. dade urgente de reorganização da classe trabalhadora, é
 22. fundamental reconstruir o Fórum Sindical, Popular e de
 23. Juventudes, realizar um novo Encontro Nacional dos(as)
 24. Trabalhadores(as) dos Serviços Públicos (das três esferas de
 25. governo) e construir um Encontro Nacional da Classe Tra-
 26. balhadora (ENCLAT). Este espaço deve servir para rear-
 27. ticular a militância, redefinir estratégias, modificar a cor-
 28. relação de forças na luta de classes e permitir que os(as)
 29. trabalhadores(as) passem da defensiva à ofensiva face aos
 30. ataques do capital.

31. Propostas

32. 1. Sem anistia para os golpistas de hoje e de ontem!.
33. 2. Enfrentar a PEC 38 e as propostas de "reforma do Estado"
 34. neoliberais, tanto a nível federal como a nível estadual e
 35. municipal.
36. 3. Exigir o fim do Arcabouço Fiscal e das contrarreformas
 37. trabalhista e da previdência social.
38. 4. Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem
 39. diminuição do salário.

5. Fim da escala de trabalho 6 x 1.
6. Defesa e ampliação das empresas estatais, como a Petro-
 bras, os Correios e a Eletrobras.
7. Robustecer o SUS, 100% público e estatal.
8. Aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP)
 21/2023 para "descongelar" a contagem do tempo de ser-
 viço dos funcionários públicos federais, estaduais e muni-
 cipais para efeitos de benefícios temporais que foram esta-
 belecidos durante a pandemia.
9. Contra a utilização dos recursos do BNDES para priva-
 tizar escolas.
10. Defesa dos concursos públicos como forma de ingresso
 em todas as esferas do serviço público.
11. Rejeitar a PDL 3/2025 ("PDL da pedofilia") que aponta
 para sustar a resolução 258/2024 do Conanda que esta-
 belece diretrizes sobre o atendimento de crianças e ado-
 lescentes vítimas de violência sexual.
12. Combater a cultura do estupro.
13. Fortalecer e ampliar o FONASEFE e construir o
 ENCLAT.

POLÍTICA EDUCACIONAL: LUTAR PELA ESCOLA PÚBLICA E POPULAR!

3.1 Plano Nacional de Educação (PNE)

Em 2025, será concluído o processo de discussão e aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio. Diferentemente dos ciclos anteriores, a mobilização popular tem sido bastante reduzida. No primeiro PNE, apresentado em 1997, houve a formulação de uma proposta alternativa — o **PNE: Proposta da Sociedade Brasileira** — elaborada pela FNDEP (Frente Nacional em Defesa da Educação Pública) e aprovada no II CONED (Congresso Nacional de Educação). Embora essa proposta tenha sido encaminhada ao Congresso Nacional, acabou prevalecendo o plano apresentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

No **PNE: Proposta da Sociedade Brasileira**, esti-
 mava-se a necessidade de investir **10% do PIB** na edu-
 cação pública. Já no debate do segundo PNE, constituiu-
 -se um amplo movimento social em defesa dessa mesma

1. reivindicação. Em 2011, realizou-se um plebiscito popular
 2. e, posteriormente, entre 8 e 10 de agosto de 2014, ocorreu o **I**
 3. **Encontro Nacional da Educação (ENE)**, no Rio de Janeiro.
 4. Outros dois ENEs foram realizados em 2016 e 2019.

5. Infelizmente — e fundamentalmente em razão da
 6. forte oposição de forças políticas pertencentes ao mesmo
 7. campo que, anteriormente, participaram da construção dos
 8. ENEs — não foi possível, apesar dos esforços de militantes
 9. de diversas correntes, entre as quais a UC, construir resistências
 10. ou contrapropostas com força suficiente para alterar de
 11. maneira substantiva o novo PNE.

12. No atual PNE, a questão do financiamento público
 13. da educação pública permanece central. Segundo dados da
 14. própria CNTE, com base em estudos da Auditoria Cidadã da
 15. Dívida, o financiamento educacional situa-se em torno de
 16. **5,5% do PIB**, muito aquém da meta de **10%** prevista para
 17. 2024 no PNE anterior. Em 2024, de um orçamento federal
 18. de **R\$ 4,648 trilhões**, **43%** foram destinados ao pagamento
 19. de juros da dívida pública, enquanto apenas **3%** foram apli-
 20. cados em educação.

21. A reforma do Ensino Médio de 2017 e o ajuste pro-
 22. movido em 2024 (Lei nº 14.945/2024) foram apresentados
 23. sob o falso discurso de enfrentamento da evasão escolar e do
 24. baixo desempenho dos estudantes, prometendo um ensino
 25. médio mais “atrativo”. Na prática, tais argumentos mas-
 26. ram os interesses empresariais e não enfrentam os proble-
 27. mas estruturais da formação da juventude. O objetivo cen-
 28. tral é formar uma mão de obra precarizada, flexível, empre-
 29. endedora e obediente, moldada às competências demanda-
 30. das pelo mercado, resultando em piores condições reais de
 31. “empregabilidade”.

32. A superação das desigualdades educacionais exige
 33. recomposição orçamentária, valorização salarial dos(as)
 34. profissionais da educação e políticas públicas universalistas.
 35. Parte-se da premissa de uma educação comprometida com a
 36. classe trabalhadora, com a transformação social, com a eli-
 37. minação das desigualdades, laica, diversa e inclusiva — em
 38. síntese, a proposta da **Escola Popular**, em oposição à **Escola**
 39. **do Capital**.

3.2 Educação pública em crise: precarização, mercantilização e aprofundamento das desigualdades

A educação pública vem sendo submetida a um processo sistemático de desmonte, diretamente articulado às demandas do grande capital. Nesse contexto, uma parcela minoritária dos(as) trabalhadores(as) é preparada para ocupar poucas vagas qualificadas, enquanto a maioria recebe uma formação mínima, suficiente apenas para o preenchimento de empregos precários, temporários e mal remunerados. Esse processo manifesta-se, entre outros aspectos, por meio de:

1. Redução efetiva do escopo curricular e abandono de projetos amplos de formação cidadã e emancipação cultural;
2. Ampliação do peso dos indicadores de avaliação nacionais e estaduais, como o SINAES, o SAEB e o ENEM, além de sistemas próprios criados por alguns estados, bem como do exame internacional PISA (OCDE). Essas avaliações exercem forte caráter regulador, pois seus resultados são utilizados para ranquear escolas e condicionar a distribuição de recursos;
3. Implementação de “itinerários formativos” e especializações cada vez mais precoces, individualizando trajetórias juvenis e reforçando a culpabilização das condições sociais dos estudantes;
4. Expansão acelerada do ensino a distância, ainda que recentes mudanças no MEC indiquem tentativas de contenção desse processo;
5. Intensificação da flexibilização e precarização das condições de trabalho docente;
6. Fragmentação dos processos pedagógicos, com perda do diálogo entre disciplinas, avanço da lógica neoliberal no currículo e imposição de conteúdos voltados à meritocracia, ao individualismo e à competitividade, reduzindo a autonomia docente e submetendo o ensino a “pacotes” padronizados;
7. Crescente dependência de materiais didáticos padronizados, produzidos por grandes grupos editoriais e empresas de tecnologia, que transformam a educação em um mercado nacional de mercadorias educacionais, ignorando as especificidades locais;

1. 8. Privatização direta ou indireta da educação pública, por
 2. meio de parcerias público-privadas, escolas cívico-mili-
 3. tares, terceirização da gestão escolar e de serviços essen-
 4. ciais. Apesar das variações estaduais, o padrão nacional
 5. é a subordinação da educação pública aos interesses do
 6. lucro.

7. 3.3 Financiamento, orçamento e investimento: limi-
 8. tes da promessa

9. A promessa governamental de priorizar o investi-
 10. mento em educação enfrenta limites estruturais. O Arcabouço
 11. Fiscal, a austeridade, a contenção do crescimento real dos
 12. investimentos públicos e a destinação de recursos ao setor
 13. privado impõem um teto às políticas educacionais. Mesmo
 14. quando há avanços simbólicos, a trajetória predominante é
 15. de manutenção mínima, incapaz de alterar as desigualdades
 16. históricas.

17. Além disso, programas de valorização anunciados por
 18. estados e municípios frequentemente carecem de recursos
 19. efetivos, resultando em reajustes abaixo da inflação, parcela-
 20. mento de retroativos e manutenção de condições precárias de
 21. infraestrutura escolar. Assim, a consigna da “escola pública
 22. de qualidade para todos” permanece, em grande medida,
 23. como retórica — o que reforça sua centralidade como obje-
 24. tivo permanente de luta.

25. 3.4 Fortalecer e ampliar a luta por uma Escola Popular

26. A educação não se resume ao financiamento ou à
 27. infraestrutura: trata-se também de uma disputa sobre **o que**
 28. **ensinar, para que ensinar, quem ensina e quem aprende.**
 29. A luta educacional deve articular a reivindicação por recur-
 30. sos a um projeto de **Escola Popular** que confronte os fun-
 31. mentos do modelo dominante. Esse projeto implica:

32. 1. Defender a autonomia intelectual e didático-pedagógica
 33. dos(as) profissionais da educação frente à lógica da for-
 34. mação imediata para o mercado e à imposição de conteú-
 35. dos padronizados;
 36. 2. Valorizar a cultura dos povos oprimidos — indígenas,
 37. quilombolas e populares — rompendo com a hegemonia
 38. eurocêntrica e elitista do saber;
 39. 3. Promover o conhecimento científico e a aplicação

tecnológica em diálogo com os saberes populares e tra-
 dicionais, enfrentando o epistemicídio;

4. Articular teoria e prática, trabalho manual e intelectual,
 5. formando sujeitos preparados para viver e lutar, e não
 6. apenas competir no mercado;
 7. Reivindicar recomposição orçamentária real, vinculada
 8. à valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação,
 9. à infraestrutura adequada e à ampliação do acesso e da
 10. permanência;
 11. Defender a escola pública, gratuita, laica e diversa, arti-
 12. culada às lutas contra o colonialismo, o racismo, o capa-
 13. citismo, o machismo, a LGBTfobia e a mercantilização
 14. do saber;
 15. Ampliar a participação da comunidade escolar e dos
 16. movimentos populares, transformando a escola em espaço
 17. de poder popular;
 18. Construir frentes unitárias entre sindicatos, movimen-
 19. tos sociais e coletivos de educação, articulando greves e
 20. lutas, como demonstrou a greve do ensino público fede-
 21. ral em 2024;
 22. Denunciar e enfrentar processos de mercantilização, mili-
 23. tarização e privatização da educação.

3.5 Lutar! Criar! Escola Popular!

A tarefa é clara: fortalecer a luta contra-hegemônica
 e construir a escola pública e popular como parte do projeto
 histórico de emancipação da classe trabalhadora. Trata-se de
 reivindicar não apenas salários e condições de trabalho, mas
 uma nova concepção de educação — uma educação “para
 além do capital”, voltada à formação de sujeitos capazes de
 transformar a sociedade.

A educação pública é um direito social e um dever
 do Estado. Definir o tipo de educação que queremos implica
 disputar conteúdos, formas institucionais, práticas pedagó-
 gicas e suas relações com o conjunto da sociedade. A Escola
 Popular busca superar a divisão entre trabalho manual e inte-
 lectual e socializar o saber como patrimônio histórico-culti-
 val da humanidade.

O trabalho deve ser compreendido como princípio
 educativo, orientando uma formação integral e omnilateral.

1. A Escola Popular insere-se nas lutas contra-hegemônicas
 2. que visam constituir a classe trabalhadora como sujeito da
 3. História, fortalecendo o Poder Popular na perspectiva do
 4. socialismo.

5. 3.6 Fortalecer a educação popular autônoma e inde-
 6. pendente do Estado burguês

7. As iniciativas de educação popular não podem ser
 8. esquecidas pelo conjunto dos militantes, devendo ser uma
 9. das prioridades centrais. Construídas pelas próprias mãos
 10. da classe trabalhadora, estas iniciativas procuram escapar às
 11. formas de dominação do Estado burguês, seja a nível ideoló-
 12. gico, estrutural, de relações de trabalho ou financeiro. Num
 13. momento de avanço do poder político empresarial, inclusive
 14. na educação pública, que também funciona como mecanismo
 15. de reprodução do capital, estas iniciativas merecem a atenção
 16. e o apoio das organizações.

17. Pré-vestibulares populares, creches comunitárias,
 18. escolas comunitárias, além de ações educacionais de movi-
 19. mentos sociais e de práticas de acolhimento político-pedagó-
 20. gico de comunidades ancestrais, devem ser propostas como
 21. contraponto à escola dominada pelo neoliberalismo, seja em
 22. sua forma pública, seja em sua forma privada.

23. Isso não significa abandonar a centralidade da disputa
 24. pela escola pública com horizonte de construção do poder
 25. popular, mas compreender que existem limites e conjunturas
 26. específicas nessas disputas, especialmente diante do avanço
 27. do controle direto de secretarias de educação e do Ministé-
 28. rio da Educação pelos interesses empresariais. Portanto, uma
 29. educação autônoma e independente — na qual os trabalha-
 30. dores definam a linha política de modo a projetar a organiza-
 31. ção, a formação militante e a revolução brasileira — passa,
 32. necessariamente, pelo fortalecimento e pela proposição de
 33. novas ações, bem como pela prática da educação popular já
 34. existente. Isso inclui, enfrentar e evitar tentativas de apare-
 35. lhamento, controle e pacificação dos objetivos revolucioná-
 36. rios por meio de editais públicos e privados para estas inicia-
 37. tivas que exigem contrapartidas e acompanhamento ou tutela
 38. pedagógica do Estado ou de setores privados.

39. Iniciativas populares de educação também podem

expressar contradições e reproduzir o pensamento domi-
 nante, especialmente quando assumem formas de ONGs,
 convênios ou ações imediatistas decorrentes da precariedade
 e da ausência de um projeto revolucionário. Cabe aos mili-
 tantes propor ações vinculadas ao projeto político anticapi-
 talista e fortalecer aquelas que já existem nessa perspectiva.
 Que os profissionais da educação em luta se organizem, for-
 taleçam e estruturem projetos verdadeiramente revolucioná-
 rios, para além das relações de trabalho formal, baseados no
 trabalho de base, na atuação territorial e na mobilização cole-
 tiva da classe trabalhadora em contato e construindo um pro-
 jeto político-pedagógico classista, anticapitalista, antiopres-
 são e que coloque na ordem do dia pautas centrais inviabili-
 zadas pela dinâmica da educação formal.

Propostas

1. 10% do PIB exclusivamente para a educação pública e gratuita.
2. Lutar pela aplicação efetiva do piso e da malha salarial dos profissionais da educação pelos governos estaduais e municipais.
3. Articular a realização de evento unificado, junto com o Contee, Sinasefe, Fasubra, Andes-SN e entidades estu-
 dantis, em defesa da educação pública, gratuita, laica e popular.
4. Construir e participar do ENE.
5. Incorporar a proposta da Escola Popular no debate pro-
 gramático e no plano de lutas da CNTE;

POLÍTICA SINDICAL: UNIDADE, SOLIDARIEDADE E LUTA ANTICAPITALISTA!

O ciclo da Nova República está marcado pela pre-
 sença do movimento dos(as) trabalhadores(as) pautado ini-
 cialmente pelas concepções do “Novo” sindicalismo. Este foi
 um movimento reativo ao sindicalismo da Era Vargas pau-
 tado pelo controle estatal-patronal dos sindicatos, a partir do
 Ministério do Trabalho por diversos mecanismos de repres-
 são e cooptação.

A concepção de um sindicalismo autônomo, de base
 que privilegia as formas de ação direta, ganha hegemonia no

1. processo de reorganização da classe trabalhadora na saída da
 2. ditadura empresarial-militar. Desse sindicalismo surgiu, um
 3. partido político de massas, organizado em torno de uma lide-
 4. rança carismática, que chegou até à presidência da república
 5. pelos caminhos eleitorais e praticou a política de conciliação
 6. de classes, outrora repudiada.

7. Uma inflexão da conjuntura aconteceu em 2013
 8. quando massas populares se mobilizaram em quantidade de
 9. milhões e entraram na cena política. Setores normalmente
 10. desavisados do movimento sindical chegaram até avaliar
 11. erroneamente que estávamos diante de uma situação pré-
 12. -revolucionária e que estava na hora de “botar todo mundo
 13. fora”, levantando a palavra de ordem anti-política de “fora
 14. todos”, fazendo mais uma vez o jogo às forças da reação e
 15. do imperialismo.

16. As forças da reação e do imperialismo conseguiram
 17. redirecionar esse movimento por “mais direitos” (que
 18. o governo de conciliação de classes se mostrava impotente
 19. de viabilizar afundado no pântano das alianças de classe),
 20. no sentido da luta contra a corrupção sistêmica, como se
 21. esta fosse a causa principal do fracasso das expectativas por
 22. mais direitos, e não o imperialismo, o agronegócio e a bur-
 23. guesia local. Surge assim o “lavajatismo” do “partido” da
 24. força-tarefa dos procuradores da república, setores da Polí-
 25. cia Federal e da “grande” imprensa, liderados pelo juiz Sérgio
 26. Moro, que fraudaram deliberadamente diversos processos
 27. judiciais, muitos deles posteriormente anulados (como no
 28. caso mais notório do ex-presidente “Lula”). Tudo o qual
 29. desembocou no golpe institucional de 2016 contra a ex-pre-
 30. sidente Dilma e posteriormente no triunfo eleitoral do Bol-
 31. sonaro, um tradicional político do setor podre, clientelista e
 32. corrupto do sistema político tradicional.

33. A débil resistência que a CUT e as centrais sindicais
 34. ofereceram ao golpe institucional, evidenciou de uma forma
 35. nítida a urgência de iniciar um processo de reorganização das
 36. lutas dos(as) trabalhadores(as) para oferecer uma resistência
 37. de classe aos ataques aos direitos sociais, políticos e às liber-
 38. dades da classe trabalhadora. Daí a proposta que levantamos
 39. desde a Unidade Classista da realização de um (ENCLAT),

para construir uma política sindical de unidade, solidariedade e luta anticapitalista. Entendemos que este congresso da CNTE tem que aprovar esta iniciativa e construir as articulações entre as centrais sindicais, sindicatos, movimentos e correntes políticas que tenham também este mesmo interesse.

No ano de 2019 foi criado o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, com participação de sindicatos, movimentos sociais e de juventudes. Esta iniciativa aponta para resistir aos ataques aos direitos e liberdades do governo de ultra-direita, perspectivando a construção do ENCLAT num prazo breve. A CNTE deveria também integrar este espaço, somando esforços para a construção de um ENCLAT.

O FONASEFE junto com o Fórum das Centrais Sindicais organizou, nos dias 29 e 30 de junho de 2021, o Encontro Nacional dos(as) trabalhadores(as) e trabalhadoras do Serviço Público que aprovou um plano de luta e uma paralisação nacional. Entendemos que o resultado ficou aquém das possibilidades pela preocupação das centrais e federações de amarrar todo o processo de cima para baixo, com pouco espaço para as construções pela base nas reuniões preparatórias. Entretanto mostrou um caminho, neste caso, de organização um efetivo ENCLAT setorial, num processo de baixo para cima. Entendemos que no quadro atual faz-se necessário a realização com uma outra metodologia de um novo Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público.

A luta contra a Reforma Administrativa, continua na pauta no Congresso Nacional como um espada de Dâmonos, pendendo dos(as) trabalhadores(as). Um fator relevante, que devemos aprender desta experiência de enfrentamento à reforma administrativa nas suas diferentes formulações, é o fator da unidade. O FONASEFE junto com FONACATE, têm conseguido até o momento, conter no Congresso o trâmite da atual PEC 38/2025 da contrarreforma administrativa. Não podemos baixar os braços, porque estes são projetos de classe, e portanto os governos passam mais o projeto da classe burguesa local de uma Reforma Gerencial do Estado formulada no primeiro governo de FHC, permanecerá para o

1. próximo governo. Se a PEC não passar neste governo, segu-
 2. ramente será o primeiro ponto da pauta do próximo governo
 3. seja quem for o titular.

4. Propomos que a CNTE se empenhe na organização
 5. de um próximo Encontro Nacional da Educação (ENE), jun-
 6. tamente com as entidades sindicais nacionais da educação,
 7. como o Andes-SN, a Fasubra e o Sinasefe. A CNTE é uma
 8. das principais entidades articuladoras do Fórum Nacional
 9. Popular da Educação (FNPE), ao passo que o Andes-SN é
 10. uma das principais entidades articuladoras da CONEDEP
 11. (Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educa-
 12. ção Pública e Gratuita). Está na hora de ambas as entidades
 13. retomarem o trabalho conjunto em torno do histórico PNE
 14. (Proposta da Sociedade Brasileira), de 1997.

Propostas

1. Promover e participar da construção de um ENCLAT.
2. Participar do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.
3. Fortalecer, ampliar e capilarizar o FONASEFE.
4. Enfrentar a Reforma Administrativa e a reforma gerencial do Estado.
5. Construir e participar de um ENE.
6. Articular a realização de evento unificado, nos moldes da Plenária Nacional em defesa da Educação Pública, junto com o Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, ConTEE e entidades estudantis, em defesa da educação pública, gratuita, laica e popular.

BALANÇO POLÍTICO DA CNTE: SUPERAR A CONCILIAÇÃO DE CLASSES E CONSTRUIR O ENE!

32. A CNTE é uma organização sindical muito impor-
 33. tante, tanto pela quantidade de sindicalizados quanto pelo
 34. setor no qual atuam os profissionais da educação. São 50 enti-
 35. dades de base filiadas e um contingente de 1 milhão de filia-
 36. dos. Mesmo não atuando num setor produtivo *estricto sensu*,
 37. tem um grande potencial de incidir na agenda política nacio-
 38. nal em função da sua abrangência nacional e capilaridade.
 39. Os profissionais da educação são intelectuais, organizadores

da cultura, especialmente na classe trabalhadora e camadas populares.

Faz parte do conjunto das entidades filiadas à CUT que viraram desde uma origem de luta contra a ordem institucional burguesa nos anos oitenta até o atual amoldamento a essa mesma ordem que outrora era criticada e combatida. Assim foi com a maioria do movimento sindical que emergiu das lutas contra a ditadura e pela democracia entre as décadas de 70 e 80 do século passado.

Entendemos que estamos numa encruzilhada histórica na qual é necessária uma virada fundamental na condução das lutas da classe trabalhadora. Os sintomas de esgotamento das concepções e práticas sindicais amoldadas à ordem burguesa são bastantes evidentes tanto aqui no Brasil como em escala internacional. As jornadas de junho de 2013, a eleição do Bolsonaro, o crescimento do movimento pentecostal pautado na teologia da prosperidade, evidenciaram uma nova subjetividadeposta em movimento pelos processos de precarização e empreendedorismo do trabalho deste longo ciclo neoliberal.

Neste sentido entendemos que a CNTE precisa fazer um balanço crítico e autocritico desse longo ciclo histórico que está se encerrando nesta década. Houve ganhos, mas também houve muitas perdas. Entre o PNE - Proposta da Sociedade Brasileira de 1997 e o PNE, que está para ser aprovado em 2025, há significativas diferenças para pior. São projetos de educação que apontam para objetivos e projetos de sociedade distintos. De um lado fortalecer a escola pública e popular, do outro, promover o setor privado empresarial. Este mesmo setor empresarial que pretende não apenas lucrar, quanto também realizar um trabalho cultural de construção de um novo senso comum, fundado na empregabilidade da força de trabalho. Ilusões de humanizar o capitalismo precisam ser criticadas e deixadas de lado para assumir explicitamente a luta contra este sistema de exploração e opressão.

Certamente que na luta contra o capitalismo e suas personificações concretas no dia a dia dos(as) trabalhadores(as) é necessário estabelecer mediações concretas. A construção da unidade do movimento dos(as)

1. trabalhadores(as) nos parece um elemento fundamental para
 2. poder avançar nesta perspectiva. Apontar para um ENCLAT
 3. ou evento semelhante, participar da construção do Fórum
 4. Sindical, Popular e de Juventudes, construir o projeto de
 5. Escola Popular a partir das formulações da escola unitária,
 6. investir na construção coletiva, ampla e unitária do ENE,
 7. desenvolver uma política de solidariedade internacional anti-
 8. -imperialista, são todas formas concretas de avançar nesta
 9. direção que estamos sinalizando.

10. A valorização do profissional da educação como
 11. um intelectual, organizador da cultura entre os(as)
 12. trabalhadores(as) e as camadas populares, é um ponto de par-
 13. tida concreto a partir do qual se podem articular outras rei-
 14. vindicações: salários, carreiras, condições materiais de tra-
 15. balho adequadas; um ambiente de trabalho sem violência de
 16. gênero, nem nem sexual ou étnico-racial; tempo para estu-
 17. dar e investigar; formação profissional contínua com acesso a
 18. cursos de pós-graduação; tempo livre para desfrutar da vida
 19. quotidiana e da cultura; um serviço de saúde pública de qua-
 20. lidade, proteção social e uma previdência pública.

21. Segundo o informe do DIEESE (Balanço das Greves
 22. de 2024), na base do sindicato houve um conjunto bastante
 23. significativo de greves, fundamentalmente de caráter defen-
 24. sivo. No setor do funcionalismo público estadual, em 2024,
 25. aconteceram 73 mobilizações no setor da educação, envol-
 26. vendo professores e profissionais técnico-administrativos do
 27. ensino básico ao superior. No setor municipal, foram defla-
 28. gradas 108 mobilizações por professores e técnico-adminis-
 29. trativos na educação infantil e no ensino fundamental. Entre
 30. as mobilizações que se destacam, está a greve dos professo-
 31. res da rede municipal do Rio de Janeiro no final de 2024, lide-
 32. rada pelo SEPE/RJ. De fato, um resultado da mobilização foi o
 33. regresso do SEPE/RJ à base da CNTE. No estado do Paraná,
 34. em junho de 2024, os profissionais da educação iniciaram
 35. uma greve contra o Projeto de Lei n.º 345/2024 (conhecido
 36. como "Programa Parceira da Escola"), o qual previa a priva-
 37. tização de cerca de 204 escolas públicas. As greves tendem a
 38. ficar isoladas; falta unificar e dar uma orientação política defi-
 39. nida para preparar a categoria para as lutas cotidianas.

Temos um balanço crítico da direção da CNTE, tanto do ponto de vista estratégico como das ações táticas para este período de enfrentamento às políticas dos governos estaduais e municipais, que são muito diferenciados, já que há governos de extrema-direita e outros do campo do progressismo, ainda que, em geral, todos gravitem em torno de políticas de cortes de gastos. Consideramos necessário um novo rumo na política sindical da entidade e a criação de uma nova hegemonia na direção que aponte para o enfrentamento efetivo da ordem social capitalista e das suas manifestações concretas no domínio da educação básica.

Propostas

1. Promover a ampliação da participação das mulheres nos colegiados de direção do sindicato.
2. Creche e serviços para as crianças nos congressos e eventos do sindicato para promover a participação das mães, dos pais e responsáveis das crianças nos eventos da categoria.

POLÍTICAS PERMANENTES: CONTRA O RACISMO, O CAPACITISMO E O PATRIARCADO!

O movimento conservador de extrema-direita, tanto a nível nacional como internacional, trabalha com uma agenda político-moral de ódio às mulheres e as dissidências de gênero e sexo, os povos originais, de defesa anacrónica da família tradicional patriarcal e do modelo monogâmico, patriarcal e heteronormativo de relações socioafetivas.

6.1 As lutas feministas: por nossas vidas e nossos direitos

As lutas feministas no Brasil seguem marcadas por profundas desigualdades no trabalho, na renda e no acesso a direitos, originadas na divisão sexual do trabalho. Em 2024, 42,5% das mulheres ocupadas estavam na informalidade — chegando a 62% no trabalho doméstico — e a dupla jornada permanece estruturante: somando trabalho remunerado e não remunerado, elas dedicam 53,6 horas semanais, quase dez a mais que os homens. Mesmo assim, trabalham menos horas remuneradas e recebem, em média, 22,3% a menos,

1. diferença ainda mais dura para mulheres negras, cuja renda
 2. equivale a 56% da de homens brancos. Apenas 38% dos
 3. cargos gerenciais no país são ocupados por mulheres.

4. A violência de gênero segue em níveis alarmantes:
 5. foram 1.470 feminícios em 2023 — quatro por dia —, afetando majoritariamente mulheres negras. Um caso recente
 6. é o assassinato das quebradeiras de coco babaçu Antônia
 7. Ferreira dos Santos e Marly Viana Barroso, às vésperas da
 8. COP30, que evidencia tanto a violência patriarcal quanto,
 9. neste caso, o avanço predatório do agronegócio na Amazônia.
 10. O quadro se agrava diante de ameaças legislativas, como o
 11. PDL 3/2025, e da redução de 18,4% no orçamento do Ministério das Mulheres, afetando políticas essenciais. Some-se a
 12. isso o alto sub-registro e as desigualdades interseccionais que
 13. atingem com mais força mulheres negras, indígenas, LGB-
 14. TQIA+, rurais e com deficiência.
 15.

16. Para enfrentar essa realidade, é urgente fortalecer as
 17. redes de proteção e as políticas estruturais de igualdade de
 18. gênero — e, sobretudo, fortalecer e ampliar a organização, a
 19. solidariedade e a luta unificada dos movimentos de mulheres
 20. e feministas, com uma perspectiva interseccional e classista,
 21. no Brasil e no mundo. A causa feminista é de todos —
 22. por nossas vidas e nossos diretos — e a CNTE tem de estar
 23. presente!

6.2 Contra a violência sobre a população LGBT+

24. A luta é urgente no Brasil, considerado um dos países
 25. que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. De
 26. acordo com o relatório da Associação Internacional de Lés-
 27. bicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA),
 28. o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em termos
 29. de homicídios de pessoas LGBT e é também o país com
 30. a maior taxa de assassinatos de pessoas trans a nível mun-
 31. dial. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma
 32. pessoa LGBT é morta no país a cada 19 horas. Segundo a
 33. Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma
 34. pessoa trans é assassinada no país. A esperança média de vida
 35. destas pessoas é de 35 anos.

36. O resultado de negligenciar esta questão é a persis-
 37. tência dos níveis de violência anteriormente mencionados.

É evidente que não basta a educação, sendo também necessárias medidas de apoio social, emprego e rendimento para garantir a inclusão e a sobrevivência social.

Homenageamos a Wilson Honório da Silva, militante de longa data, cofundador do Quilombo Raça e Classe e do Núcleo de Consciência Negra na USP, lutador na defesa dos direitos LGBTI+, dirigente do PSTU, que faleceu muito prematuramente, no dia 17 de setembro de 2025. Wilson presente, agora e sempre!

6.3 Lutas antirracistas: Vidas Negras Importam!

O racismo é inerente à sociedade capitalista, porque ele se utiliza do racismo para dividir a classe trabalhadora. É por isso que não se pode separar a luta de classes da luta contra o racismo.

As lutas antirracistas no Brasil intensificaram-se recentemente em resposta ao aumento da visibilidade de casos de violência racial, ao fortalecimento de movimentos negros e ao debate público em torno de políticas de igualdade racial. Mobilizações nacionais têm denunciado o genocídio da população negra — especialmente juventude periférica —, o racismo institucional nas forças de segurança, a sub-representação política e a exclusão econômica estruturada. Organizações do movimento negro, coletivos de mães vítimas da violência estatal, entidades estudantis, sindicatos e movimentos culturais têm atuado de forma articulada, reivindicando medidas efetivas de proteção à vida, combate à violência policial, ampliação das políticas de cotas e garantia de direitos sociais.

Ao mesmo tempo, ampliaram-se as disputas em torno das políticas públicas de ação afirmativa e da presença de pautas antirracistas em escolas, universidades, serviços públicos e espaços culturais. O período também foi marcado por enfrentamentos às ofensivas conservadoras contra a abordagem crítica das relações raciais na educação e às tentativas de deslegitimar políticas de diversidade. Em resposta, movimentos sociais têm defendido a centralidade do antirracismo como política de Estado e como princípio estruturante da luta por democracia, reforçando campanhas por justiça para vítimas de racismo, valorização da cultura afro-brasileira e

1. fortalecimento das instituições voltadas à promoção da igualdade racial. Aqui também, a centralidade da luta está na unidade, organização e solidariedade do movimento negro, numa perspectiva classista e anticolonial — vínculos que a CNTE deve fortalecer e ampliar de forma permanente.

6.4 Emergência climática e as lutas indígenas por território, agroecologia e soberania alimentar

8. O governo e os empresários do agronegócio e mineração insistem em avançar sobre as Terras Indígenas. Neste sentido foi finalmente aprovada a Lei 14.701/2023 (conhecida como “marco temporal”). Esta lei regulamenta a demarcação de terras indígenas no Brasil. Sua principal disposição é a adoção da tese do marco temporal, que restringe o direito dos povos indígenas às terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

16. Segundo o relatório anual Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2024 — primeiro ano de vigência da Lei 14.701/2023 (conhecida como “marco temporal”) — foram registrados 424 casos de violência contra povos indígenas: entre eles, 211 assassinatos, além de tentativas de homicídio, ameaças, violência sexual, racismo e lesões.

22. Foi aprovada a Lei n.º 2159/2021, a “PL da Devastação”. Em meados de 2025, o congresso aprovou uma nova lei de licenciamento ambiental que enfraqueceu drasticamente os controlos ambientais no país. O presidente Lula vetou 63 artigos dessa lei e, em novembro de 2025, o congresso derribou 56 dos 63 vetos presidenciais à nova lei, numa decisão que ocorreu após a conclusão da 30ª Conferência das Partes da ONU (COP 30), realizada em Belém, em 2025.

30. Como ficou evidente na Cúpula dos Povos realizada durante a COP 30 sobre Mudança do Clima, a luta contra a emergência climática é, antes de tudo, uma luta por um outro modo de viver e de produzir. Exige transformar o modelo predatório que concentra terras, expulsa comunidades e destrói os biomas responsáveis por regular o clima do planeta. Para enfrentar essa crise, é imprescindível romper com a lógica do agronegócio exportador e de seus monocultivos — principal motor do desmatamento e das emissões no Brasil — e avançar na reforma agrária popular que garanta a terra a

quem cuida e trabalha nela.

Este é o caminho para construir soberania alimentar por meio da agricultura agroecológica, que produz alimentos saudáveis, sequestra carbono, preserva a água e a biodiversidade. Trata-se, portanto, de uma batalha civilizatória: uma luta por justiça climática e social em que os povos do campo, dos rios e da floresta, das periferias urbanas e a classe trabalhadora, historicamente os mais impactados, sejam os protagonistas de um projeto de sociedade que supere o metabolismo social fetichizado pelo capital na relação entre a humanidade e a natureza.

Propostas

1. Combate firme a todas as formas de opressão, como o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo e o preconceito étnico.
2. Contra toda forma de assédio moral, assédio sexual e opressões nas escolas.
3. Legalização do aborto e por políticas de saúde para a mulher.
4. Defesa dos povos originários e dos territórios indígenas. Exigir políticas de saúde e educação específicas.
5. Prestar ampla solidariedade aos povos originários na luta pelos seus territórios.
6. Promover o modelo de agricultura agroecológica, contra o desmatamento, pela terra para quem cuida e trabalha nela, soberania alimentar e justiça climática e social.

PLANO DE LUTAS E ESTRUTURA

As lutas devem privilegiar, simultaneamente, a derrota da ultradireita e das políticas neoliberais, apontando para a construção de espaços de unidade sindical, ENCLAT setorial dos(as) trabalhadores(as) do serviço público e Encontro Nacional da Educação (ENE), que apontem para uma saída que tenha como meta enfrentar os principais problemas da classe trabalhadora, dos segmentos populares e das camadas médias, com uma perspectiva de ruptura com as políticas neoliberais, o capitalismo e o imperialismo. Trata-se de construir um caminho que coloque a classe trabalhadora, sua organização política e sua consciência social no centro da cena

1. política, ou seja, o Poder Popular.

2. No atual contexto político — marcado pela ameaça
3. da extrema-direita e pelo avanço das políticas neoliberais —
4. torna-se ainda mais decisivo preservar a independência de
5. classe do movimento dos trabalhadores. Para isso, é funda-
6. mental construir e articular lutas tanto nas instâncias insti-
7. tucionais quanto nos movimentos populares e sindicais, de
8. modo a potencializar uma estratégia que opere, de forma
9. combinada, *por dentro e desde fora* do sistema institucio-
10. nal, ampliando a capacidade de resistência e de transforma-
11. ção social.

12. Defendemos a construção de um ENCLAT que faça
13. uma síntese da atual etapa histórica de luta da classe tra-
14. balhadora, que levante uma plataforma reivindicativa e um pro-
15. grama de soluções para enfrentar a crise geral estabelecida.
16. Nesta direção de unidade sindical e popular, entendemos
17. também ser importante dar continuidade, a um nível supe-
18. rior, às experiências unitárias setoriais realizadas nos últimos
19. tempos, como o Encontro Nacional dos Trabalhadores e das
20. Trabalhadoras do Serviço Público e o Encontro Nacional da
21. Educação.

22. O sistema financeiro atua como ‘veias abertas’ da acu-
23. mulação oligárquica de riqueza monetária — e também da
24. corrupção, ao facilitar a lavagem do dinheiro ‘sujo’ prove-
25. niente da economia do crime organizado. Se estatizado, esses
26. recursos poderiam ser direcionados à economia real, contri-
27. buindo para reconstruir e impulsionar um parque industrial
28. renovado, de baixo impacto ambiental. Isso permitiria gerar
29. mais emprego formal, melhores salários e ampliar a arreca-
30. dação fiscal necessária para financiar investimento público e
31. políticas sociais.

32. No que se refere à defesa dos serviços públicos e das
33. empresas estatais, é necessário continuar a enfrentar a Pro-
34. posta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma admi-
35. nistrativa e contra a privatização das empresas estatais, bem
36. como promover a reestatização da Petrobras e sua orientação
37. como empresa de energias renováveis ao serviço do povo. É
38. igualmente fundamental defender o SUS público, estatal e
39. gratuito.

No que se refere à educação, enfatizamos a luta sala-
rial e por condições de trabalho dignas, bem como o enfren-
tamento ao projeto educacional conservador-autoritário em
todas as suas formas, juntamente com a defesa da *Escola
Popular* como projeto da classe trabalhadora para enfrentar
o projeto da *Escola do Capital*.

Lutar contra o agronegócio e a política de genocídio
dos povos tradicionais e originários. Defender a demarca-
ção das terras indígenas e a reforma agrária popular, enfren-
tando as políticas de desflorestação da Amazônia e de outros
biomas.

Não menos importantes são as lutas em torno da ques-
tão do racismo e as lutas antipatriarcais do movimento femi-
nista e LGBT. Defendemos a legalização do aborto seguro
e gratuito e políticas de saúde específicas para as mulheres.

Enfrentar o imperialismo e praticar a solidariedade
internacional com o povo da Palestina, de Cuba, da Vene-
zuela e de todos os povos que lutam pela liberdade, demo-
cracia, justiça e progresso social.

Propomos a realização de um grande evento interna-
cionalista e anti-imperialista, com a participação de sindica-
tos cubanos da educação, para homenagear os 100 anos do
nascimento de Fidel Castro.

Propostas

1. Sem anistia para os golpistas!
2. Promover a construção de um ENCLAT.
3. Articular a realização do ENE.
4. Fortalecer e ampliar o FONASEFE.
5. Fim do arcabouço fiscal, as contrarreformas trabalhista
e previdenciária.
6. Aprofundar a luta contra a reforma administrativa.
7. Diminuição da jornada de trabalho para 30 horas sema-
nais sem perda salarial.
8. Fim da escala de trabalho 6 x 1.
9. Defesa do SUS público, estatal e gratuito.
10. Reposição das perdas salariais.
11. Reajuste do piso salarial nacional dos profissionais do
magistério.
12. Valorização salarial de todos os profissionais da educação.

1. 13. Realização de concursos públicos e estruturação da carreira profissional.
2. 14. Melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação.
3. 15. Política de assistência escolar (transporte, merenda, textos e cadernos, uniforme escolar, creches, etc.).
4. 16. Orçamento público para a educação pública.
5. 17. 10% do PIB exclusivamente para a educação pública e gratuita.
6. 18. Lutar pela escola pública e popular.
7. 19. Apoiar as demarcações das terras indígenas e quilombolas.
8. 20. Pela reforma agrária popular, defesa da agroecologia, contra o desmatamento, pela terra para quem cuida e trabalha nela, soberania alimentar e justiça climática e social.
9. 21. Contra o racismo, sexism, LGBTfobia, etarismo e capacitarismo.
10. 22. Legalização do aborto e por políticas públicas de saúde para a mulher;
11. 23. Solidariedade internacional anti-imperialista.
12. 24. Contra o genocídio do povo da Palestina;
13. 25. Promover a paz mundial, pelo direito à autodeterminação dos povos, com justiça e progresso social.
14. 26. Organizar junto com outras entidades sindicais, movimentos populares, coletivos pedagógicos, acadêmicos e culturais, um seminário internacional em comemoração aos 100 anos do natalício de Fidel Castro.
15. 27.
16. **ASSINAM:**
17. Alan Lopes - SEPE/RJ, Amanda Bastos A. De Amorim - SEPE/RJ, Amauri Arrighi - APEOESP/SP, Ana Paula das Neves - APEOESP/SP, Ana Paula Martins - SEPE/RJ, Anderson Tavares - SEPE/RJ, André Rodrigues - SEPE/RJ, Andressa Gomes Lopes - SEPE/RJ, Arnaldo Guedes - APEOESP/SP, Arnaldo Henrique De S. Santos - SEPE/RJ, Carolina Guimarães Severo - APEOESP/SP, Cleiderman Teixeira De Souza Braga - SEPE/RJ, Cloves Lauton - APEOESP/SP, Danielli Ovsiany Becker - APP-SINDICATO/PR, Diego Gilson Lemes Valdez - APP-SINDICATO/PR, Diego Nogueira - SEPE/RJ, Elcine Nunes - APEOESP/SP, Emanoel

Borges Candal - SEPE/RJ, Fabiano Silva - SEPE/RJ, Fabrício Gavetti - APEOESP/SP, Fatima Cristina Ayrola De Carvalho - SEPE/RJ, Flávia Souza - SEPE/RJ, Flávio Fernandes - APEOESP/SP, Francisco Paiva das Neves - Apeoc-CE, Gabriel d Angelo - APEOESP/SP, Graciela Santana Nogueira Nunes - SEPE/RJ, Jéssica Adriele de Freitas Lima - Sind-UTE/MG, Julia Rinaldin Silveira - APP-SINDICATO/PR, Juliana Lyra Boretti - APP-SINDICATO/PR, Laura Beraldo Amaral - SEPE/RJ, Ley Gomes - APEOESP/SP, Lívia Oliveira Vasconcelos - Sind-UTE/MG, Luís Fernando de Barros Costa - Sind-UTE/MG, Luiz Guilherme Santos - SEPE/RJ, Marcelo Antônio da Silva - APEOESP/SP, Marília Formiga T. Santos - SEPE/RJ, Matheus Magossi Ruiz - APEOESP/SP, Osvaldo Teodoro dos Santos Filho - Sind-UTE/MG, Pablo Barros Dias - Sind-UTE/MG, Patrick Zanon Guzzo - SEPE/RJ, Pollyana Paula dos Santos Prado - APEOESP/SP, Priscila Luana Gabriel - APEOESP/SP, Ranildo de Lima Ferreira - APP-SINDICATO/PR, Renato da Silva Lima - APEOESP/SP, Ricardo Pinheiro - SEPE/RJ, Rosa Neves - SEPE/RJ, Saulo Fernandes Oliveira Araújo - Sind-UTE/MG, Sidney Alves de Oliveira Junior - APEOESP/SP, Sidney Sebastião De Moura E Silva - SEPE/RJ, Tânia Mara Gomes Da Silva - SEPE/RJ, Thiago Coqueiro Mendonça - SEPE/RJ, Thiago Silva - APEOESP/SP, Tuani Guimarães de Ávila Augusto - Sind-UTE/MG, Valmir Schmitt - APEOESP/SP, Victor Hugo Arona do Monte - SEPE/RJ.